

1 ATA DA XIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDA

2 Às quatorze horas do dia vinte e sete de março de mil novecentos e oitenta e nove, nas
3 dependências da Sala dos Governadores do Palácio Iguaçu, sob a Presidência do Conselheiro
4 Efetivo PAULO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA, e secretariada pelo Engenheiro PEDRO DIAS,
5 representando o Secretário Executivo ALBERTO BACCARIM, teve início a XIX Reunião Ordinária
6 do CEDA - Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, com a presença dos Conselheiros Natos
7 GILDA POLI ROCHA LOURES, da SEED; RENATO NEISTER, representando o Secretário da
8 SETR; ALOIZE GOGOLA, representando o Secretário da SETA; MAURO ROCHA, representando
9 o Secretário da SEDU; dos Conselheiros Efetivos PAULO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA,
10 FUEM; ITAGIBA GERALDO MORETTI, da FUEL; EDUARDO KARDUSH, da ACOPAL - Palmeira;
11 ROBERTO RIBAS LANGE da ADEA - Curitiba; MANOEL BALTAZAR BATISTA DA COSTA, da
12 APPEMA - Londrina; ALBERTO CONTAR, da ADEAM - Maringá e GILBERTO DE OLIVEIRA
13 BORGES, da ACPG - Ponta Grossa. O Conselheiro Paulo Roberto, presidindo a reunião procede
14 a apresentação da ordem do dia e põe em discussão a Ata da reunião anterior. Não havendo
15 nenhuma observação com relação à Ata, a mesma foi aprovada por unanimidade. Em seguida o
16 presidente da mesa abre a discussão sobre o ponto da pauta referente a escolha do relator para a
17 proposta de alteração da lei de criação do CEDA, explicando que o relator eleito pelo Conselho
18 deverá analisar minuciosamente todo o processo e apresentar na próxima reunião um parecer
19 para ser discutido e aprovado pelo Conselho, para em seguida devolver o processo à Casa Civil.
20 O Dr. Mauro Rocha explicou que o processo em discussão foi elaborado por uma comissão do
21 CEDA e que até o presente momento já havia tramitado por todos os órgãos do Governo do
22 Estado, ligados direta ou indiretamente à questão e a Casa Civil sugeriu que o Conselho se
23 pronunciasse sobre o assunto antes que a mesma desse seu parecer final. Por este motivo,
24 esclarece Mauro Rocha, é que estamos propondo a escolha de um relator que estude a matéria e
25 proceda sua apresentação na próxima reunião, ocasião em que o Conselho se pronunciaria então.
26 Após discussão do assunto, foi sugerido e aprovado o nome do Conselheiro Roberto Ribas Lange,
27 como relator. O Conselheiro Itagiba, fazendo uso da palavra questionou sobre quando deveria
28 entrar em vigor as alterações propostas na lei 7978. O Dr. Mauro Rocha informou que não se
29 pode precisar a data, mas que possivelmente não iria vigorar a nova lei antes da posse dos novos
30 Conselheiros. O Conselheiro Itagiba argumenta que a Resolução 03/89, que disciplina a forma de
31 escolha dos Conselheiros representando as Instituições de Ensino Superior criaria um impasse,
32 pois se o número de vagas não for ampliado antes da escolha, a Resolução não teria como ser
33 cumprida. O Presidente da mesa, Conselheiro Paulo Roberto esclareceu que a Resolução foi
34 elaborada pela Secretaria Executiva e posteriormente aprovada pelo Conselho de forma que
35 pudesse ser aplicável sendo o número de vagas menor, igual ou maior que o número de
36 Universidades. O Conselheiro Lange lança sua candidatura em nome da ADEA - Curitiba, à
37 reeleição para o Conselho. O Presidente da mesa, passa a discussão para o próximo ponto da

38 pauta, concedendo a palavra ao Conselheiro Manoel Baltazar para apresentar o parecer da
39 comissão do CEDA formada na reunião anterior com o objetivo de analisar o estudo realizado por
40 uma Comissão do Governo, coordenada pela SEAB, sobre a Mata do Godoy. O Conselheiro
41 Baltazar faz a apresentação do conteúdo do parecer, subscrito por ele, pelo conselheiro Itagiba e
42 pelo representante da Secretaria Executiva, José Carlos Trizotti. Após ser minuciosamente
43 discutido, foi aprovado com um único voto contrário, o parecer, que transcrevemos: a) Quanto ao
44 Relatório da Comissão nomeada pelo Governo do Estado, para a realização de um estudo que
45 apontasse formas de preservação da Mata do Godoy, o referido relatório não contemplou outras
46 opções além das de aquisição da área o que resultou em informações insuficientes a uma decisão
47 precisa por parte das autoridades estaduais; b) sugere que se proceda o imediato “tombamento”
48 da área como forma de garantir sua efetiva preservação e, concomitantemente se garantam
49 recursos à manutenção e integridade daquele patrimônio, através do poder público estadual, ou
50 que o Estado repasse recursos necessários à fiscalização e conservação da floresta pelo próprio
51 proprietário, através do ressarcimento das despesas efetuadas pelo mesmo; c) que se dê
52 continuidade às negociações de compra, conforme o previsto pela Comissão, de forma que não
53 haja prejuízo ao proprietário da área, ao menos no que concerne ao valor da terra nua; d) que seja
54 garantido o acesso à mata, para a continuidade dos estudos técnico-científicos em andamento,
55 pelas instituições de ensino e pesquisas que já tenham alguma ação.” O Conselheiro Paulo
56 Roberto, sugere que a SEDU busque contatos com outras instituições públicas estaduais e federal
57 além de órgãos da iniciativa privada, no sentido de se garantir o avanço do processo de aquisição
58 e preservação da área. A proposição foi aceita ficando o Dr. Mauro Rocha, na qualidade de
59 Coordenador da CEDMA/SEDU - Coordenadoria de Estudos e Defesa do Meio Ambiente,
60 incumbido de coordenar os contatos através da SEDU. No espaço destinado aos assuntos gerais,
61 usa a palavra o Conselheiro Lange que agradece ao Conselheiro Gilberto por ter cobrado na
62 última reunião a compra dos equipamentos de combate aos incêndios florestais, e solicita da
63 Secretaria Executiva se houve ou não a compra. Solicita ainda o conselheiro Lange que se
64 encaminhe uma carta às Entidades de Meio Ambiente comunicando o prazo para o pedido de
65 inscrição no Cadastro Estadual de Entidades de Meio Ambiente e de candidatos ao CEDA. Por
66 último, pede que se solicite do ITCF informações sobre como está sendo aplicado os recursos do
67 projeto Paraná Rural, e que se destine parte dos recursos para o Parque Marumbi. O Conselheiro
68 Gilberto sugere que se crie uma comissão permanente para tratar dos problemas referentes aos
69 incêndios florestais. O Presidente da mesa diretora dos trabalhos, conselheiro Paulo Roberto diz
70 concordar com o a proposição, e que o CEDA, através de sua presidência devia iniciar os
71 contatos com todos os órgãos envolvidos no sentido de coordenar as ações neste campo de
72 trabalho. O representante da Secretaria Executiva, Pedro Dias informa ao Conselheiro Lange que
73 o conselho já foi informado de que os equipamentos de combate aos incêndios não tinham sido
74 adquiridos e concorda que deva se voltar à carga para que sejam adquiridos o mais rápido
75 possível. Quanto às cartas às Entidades de Meio Ambiente, o Conselheiro não deve se preocupar

76 que a Secretaria executiva está consciente de sua responsabilidade. O Conselheiro Paulo Roberto
77 sugere que em vez de se solicitar informações do ITCF sobre o Paraná Rural, que se confirme a
78 participação, na próxima reunião, do coordenador do projeto pela SEAB, e estas indagações e
79 solicitações poderão ser feitas de viva voz. O Conselheiro Itagiba volta a comentar a não
80 participação da FUEL junto ao projeto Paisagismo, da SEED, por falta de professores, e
81 continuando comenta que as propostas por ele apresentadas referente a Primeiro de Maio não
82 foram encaminhadas, e que a Doutora Tânia Tokos continua sem recursos e condições de
83 continuar suas pesquisas. Na opinião do Conselheiro Itagiba, a Secretaria de Estado da Saúde e
84 CONCITEC deveriam integrar-se à solução do problema e pede que a SUREHMA e SANEPAR
85 sejam ouvidas na próxima reunião sobre estas questões. Comenta o Conselheiro que a situação
86 de Primeiro de Maio é grave e preocupante, mas que a manchete do jornal Folha de Londrina não
87 condiz com a realidade. A Secretaria Executiva, através de seu representante Pedro Dias, informa
88 ao Conselho que as providências estão sendo tomadas, sendo que a não participação da médica
89 desta XIX reunião, partiu dela própria e que na semana que passou a Secretaria Executiva
90 encaminhou uma equipe de técnicos formada por ele e o Assessor da SUREHMA junto ao CEDA,
91 José Carlos Trizotti, que visitaram Primeiro de Maio para tomar conhecimento in loco dos
92 problemas e tanto o Conselheiro Itagiba como a Doutora Tânia Tokos participaram de uma
93 reunião onde se discutiu formas de encaminhamento da questão, tendo ficado decidido que a
94 médica e o Prefeito do município seriam convidados para a próxima reunião. Informa ainda Pedro
95 Dias que a idéia é de se fazer uma reunião técnica só sobre agrotóxicos, onde se discutiria com a
96 ANDEF e com o CONAR o problema geral dos agrotóxicos e os efeitos de sua propaganda. Sobre
97 Primeiro de Maio seria convidado o Prefeito do Município, a médica e pesquisadora Tânia Tokos e
98 a SANEPAR para se discutir os reais problemas e suas soluções. O Conselheiro Kardush propõe
99 que no mesmo dia da próxima reunião do CEDA se realize no período da manhã uma reunião em
100 forma de seminário, e à tarde na reunião ordinária se tomariam as decisões com relação ao que foi
101 discutido pela manhã. A proposição foi aprovada. O Conselheiro Baltazar aborda a questão
102 relativa ao Parque das Lauráceas, dizendo que o CEDA deveria ter posto o assunto na pauta da
103 reunião que transcorre e não o fez. Continuando o Conselheiro Baltazar, lembra que quando se
104 discutiu o Plano de Manejo da Ilha do Mel, ficou pendente o problema do “atracadouro” e isso não
105 foi definido. O Conselheiro Kardush confirma que realmente não foi concluído a discussão sobre o
106 atracadouro, e também reclama que a Ata da Reunião anterior foi aprovada, mas nela não
107 constava o problema que ele levantou sobre as fossas sépticas nos balneários, que segundo ele,
108 na maioria dos casos estão situadas muito próximos aos poços semi-artesianos e por isso, solicita
109 que a Secretaria de Saúde proceda um levantamento sobre a questão. O Conselheiro Lange
110 indaga ao Conselheiro Paulo Roberto, na qualidade de Secretário de Ensino, Ciência, Tecnologia
111 e Desenvolvimento Econômico, como ficaria os projetos de mineração desenvolvidos pela
112 Mineropar, caso o órgão venha a ser desativado. O Conselheiro Paulo Roberto diz que não tinha
113 tomado conhecimento antes deste problema, mas que iria se informar, analisar o problema e traria

114 oportunamente um posicionamento. O Conselheiro Gilberto informa ao Conselho que foi criado
115 em Ponta Grossa, uma Comissão de Solos, da qual ele próprio faz parte. Não havendo mais nada
116 a tratar o conselheiro Paulo Roberto, presidente da mesa diretora dos trabalhos declara encerrada
117 a reunião, e eu Pedro Dias, representando o Secretário Executivo lavrei a presente Ata, que após
118 aprovada, vai por mim e pelo Presidente, assinada.

119 Conselheiro Efetivo Paulo Roberto Pereira de Souza,

120 Presidente em Exercício.

121 Pedro Luiz Fuentes Dias,

122 Secretário Executivo em Exercício.